

Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios

*Lea Carvalho Rodrigues**
UFC

Resumo: O presente artigo retoma um conjunto de idéias desenvolvidas anteriormente, quando esta autora formulou princípios considerados fundamentais para a realização de uma avaliação aprofundada de políticas públicas de caráter social. Dita abordagem segue alguns dos pressupostos desenvolvidos por autores americanos que se enquadram na linha de abordagem interpretativa (sobretudo Raul Lejano e Dvora Yanow), em proximidade com o pensamento de pesquisadores que, no Brasil, na mesma linha, procuram realizar uma articulação entre antropologia e políticas públicas (Alícia Gonçalves e Alcides Gussi). Na mesma perspectiva, a intenção agora é discutir, de forma mais detalhada, alguns dos princípios inicialmente apresentados – em especial aspectos relacionados à trajetória institucional e análise de conteúdo de políticas e/ou programas sociais –, em diálogo com resultados de pesquisas recentes produzidas no Brasil, na área de políticas públicas. A ênfase recai sobre a noção de processo, contexto e cultura, com especial atenção a conceitos e paradigmas orientadores das políticas sob avaliação.

Palavras-chave: políticas públicas, avaliação, trajetória institucional, cultura e contexto, conceitos e paradigmas.

Abstract: This article resumes a set of ideas previously developed when the present author has suggested some essential principles to conduct a detailed evaluation of social policies. The approach used to formulate these principles follows some of the assumptions developed by American authors that are aligned with the interpretative approach (especially Raul Lejano and Dvora Yanow) and in proximity with the thinking of researchers who, in Brazil, following the same ideas, try to link anthropology and public policies (Alícia Gonçalves and Alcides Gussi). Considering this perspective, we intend now to discuss more thoroughly some of the principles we initially presented – especially issues concerning the institutional history as well as the analysis of the content of public policies and/or social programs -, taking into account results of Brazilian recent research in the area of public policies. We highlight the notion of process, context and culture, giving special attention to concepts and paradigms which guide the policies under evaluation.

Key-words: public policy, evaluation, institutional trajectory, culture and context, concepts and paradigms

Introdução

A publicação, três anos atrás, de um artigo sobre avaliação em profundidade de políticas públicas sociais (Rodrigues, 2008) foi o meu primeiro esforço de introduzir, no Brasil, novos paradigmas e conceitos que em âmbito internacional já vinham sendo desenvolvidos há quase duas décadas¹. À época coordenando o Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (Mapp/UFC), eu procurava ainda articular este intento a uma série de medidas que estávamos (coordenação do Mapp) levando a efeito com a finalidade de contribuir para a constituição e consolidação de um campo disciplinar ainda em formação no Brasil: o da avaliação de políticas públicas sociais, sobretudo no que se refere à formulação de novas metodologias capazes de dar conta da complexidade inerente à área.

A proposta de uma avaliação em profundidade, como então formulada, toma basicamente quatro grandes eixos de análise: conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação dos mesmos.

Como primeiro intento de sistematizar essas dimensões analíticas, ocorreram, evidentemente, algumas imprecisões, bem como algumas proposições se mostraram muito gerais ou de difícil compreensão sobre como realmente elas se dariam na prática. Durante os últimos três anos, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas - Numapp, da Universidade Federal do Ceará – UFC, bem como dissertações defendidas no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – Mapp/UFC, mostraram que a colocação em prática desses princípios necessitava de uma reflexão mais acurada e de orientações metodológicas mais claras para que o pesquisador/avaliador dispusesse de mais elementos para se decidir quanto ao escopo/amplitude de sua pesquisa, envolvendo questões fundamentais relativas à problematização central de seu projeto – o que diz respeito à própria construção do objeto de pesquisa –, o recorte empírico adequado e as estratégias metodológicas a serem eleitas.

Neste sentido, o presente artigo tem como intuito desenvolver e aprofundar aquelas primeiras reflexões, tendo agora como suporte os resultados parciais ou conclusivos de pesquisas já terminadas, bem como as ainda em andamento, articulando formulações teóricas à prática de pesquisa.

Para tanto, no primeiro tópico retomaremos as proposições anteriores, aprofundando os elementos apontados como essenciais a cada dimensão priorizada (inclusive questionando algumas dessas classificações) e levantando perspectivas e limites à realização, de fato, de uma análise em profundidade. No tópico seguinte a intenção é desenvolver de forma mais detalhada duas dimensões propostas anteriormente (Rodrigues, 2008): análise de conteúdo e

trajetórias institucionais de políticas e/ou programas. A título de encerramento procuro discutir em que medida os resultados das pesquisas e experiências apresentadas indicam reformulações e novas sistematizações à proposta principal.

Enfim, o ponto central é que a proposta aqui discutida que se vem desenhando desde 2008, de forma articulada às de Gussi (2008) e Gonçalves (2008, 2010), firma cada vez mais seu caráter aberto e dinâmico, de algo sempre em construção.

Perspectivas e limites à realização de uma análise em profundidade de políticas públicas

As primeiras condições para a realização de uma avaliação em profundidade, como expostas em Rodrigues (2008), foram de que a mesma conseguisse ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exigiria uma abordagem multi e interdisciplinar².

A proposição de que seja extensa e ampla indica que uma avaliação em profundidade não poderá se restringir a um olhar focado apenas na averiguação do cumprimento das metas propostas pela política e seus resultados, ou nos itens priorizados por um programa, bem como tão somente no atendimento às suas diretrizes.

Ao propor que a avaliação seja ampla, detalhada e densa, a referência fundamental é ao principal pressuposto das abordagens interpretativas, seguindo as proposições geertzianas (Geertz, 1978), o da busca de significados, no caso os significados da política para os que as formulam, executam ou vivenciam. Isto implica, em primeiro lugar, que a pesquisa qualitativa agora ganha destaque. No plano prático, isto implica que a avaliação não pode se restringir à análise de dados estatísticos resultantes da coleta de dados por meio de questionários, ainda que estes contemplem perguntas abertas e forneçam ao entrevistado espaço para colocar suas idéias. Isto porque a apreensão de significados exige a realização de entrevistas aprofundadas e abertas; ou seja, entrevistas que não conduzam o entrevistado à resposta e que não lhe cerceiem o campo de reflexão, já lhe apresentando perguntas que pressupõem razões para o sucesso ou não da política ou do programa em estudo, para a ocorrência de situações constatadas quando da realização de observações em campo, ou mesmo para esclarecimento de dados coletados por meio de questionários ou provindos de estatísticas oficiais. Uma entrevista aberta e aprofundada de qualidade é aquela que resulta em informações e reflexões novas, na maioria das vezes sequer imaginadas pelo pesquisador. A riqueza dessa modalidade de entrevista é que ela fornece ao pesquisador os elementos importantes para a análise pelo cotejamento das idéias, informações e reflexões, também elas interpretações, tecidas pelos próprios entrevistados. Como bem afirma Geertz (1978), a descrição densa é mais do que métodos e técnicas de investigação, referindo-se em especial ao esforço intelectual do pesquisador na busca dos sentidos e significados que emanam da situação em estudo, que inclui, evidentemente, os dados coletados; mas estes dados não falam por si mesmos, ainda que possam seduzir o pesquisador nesse sentido.

O último aspecto, da multidimensionalidade, por si mesmo conduz às abordagens multi, inter ou transdisciplinares, uma vez que exige a consideração de todas as dimensões relevantes de uma política em foco e isto demanda a articulação de diferentes especialidades como a ciência política, a sociologia, a economia, a história, a antropologia, o direito, mais aquelas específicas à política em tela. Sendo uma política da área de saúde, por exemplo, poderá necessitar diálogo com as ciências da área biológica, seja da medicina, da enfermagem, da farmacologia, e outras; se o foco é uma política urbana, poderá pedir conhecimentos tanto da arquitetura, da administração, do direito, como do meio ambiente; ou mais específicos ainda, caso se trate de políticas de infra-estrutura urbana, como as de recursos hídricos, resíduos sólidos, etc. No caso de políticas para as áreas rurais, entram em cena também outras tantas especialidades cujos conhecimentos se tornam necessários, bem como o diálogo intelectual com os profissionais da área, tais como agrônomos, economistas rurais, ecologistas, biólogos, engenheiros, etc. Na verdade, especialidades como as do direito e da área de meio ambiente praticamente deveriam ter entrada obrigatória, hoje, em qualquer estudo na área de políticas públicas, embora as abordagens no geral sejam ainda muito tímidas, a não ser quando o fenômeno em estudo é exatamente a questão ambiental, ou uma questão de direito. O difícil, evidentemente, é circunscrever o campo de especialidades a abarcar, e delimitar o diálogo, bem como limitá-lo às necessidades colocadas pela situação em estudo. Do contrário, o pesquisador poderá se enredar em uma trama de dados tão abrangentes e entrelaçados que encontrará muita dificuldade em circunscrever o levantamento bibliográfico, o recorte empírico, conformar o diálogo intelectual, e encontrar o ponto ótimo em que os dados provenientes de diferentes especialidades auxiliam efetivamente na compreensão da política, em seu processo avaliativo, acrescentando informações e esclarecendo os dados empíricos coletados, seja por meio da aplicação de questionários como da realização de entrevistas e da observação *in loco*.

Na reflexão anterior, e tentativa primeira de sistematização das dimensões imprescindíveis à realização de uma análise em profundidade (Rodrigues, 2008, p.11-12), apresentei vários tópicos dentro dos quatro eixos principais de análise: 1) conteúdo da política e/ou do programa, contemplando: formulação, bases conceituais e coerência interna; 2) trajetória institucional; 3) espectro temporal e territorial abarcado pela política/programa; e, 4) análise de contexto de formulação da política e/ou do programa. Cada um desses eixos de análise merece uma abordagem extensa, bem como ser repensado e questionado, coisa que aqui não será possível realizar dado tratar-se de tarefa de grande envergadura. O que farei a seguir, portanto, será muito mais produzir um melhor detalhamento de cada um desses tópicos, bem como uma reflexão sobre limites e possibilidades de cada um desses quesitos, agora que já temos dados efetivos de pesquisas que procuraram empreender essa tarefa.

No que se refere à análise de conteúdo da política ou programa, a proposta inicial considerou três dimensões como centrais: 1) a da formulação da política, com atenção aos objetivos presentes nos documentos de institucionalização da política, bem como naqueles que compõem todo o processo de sua formulação; os critérios apresentados para a sua

implantação, acompanhamento e avaliação; 2) os conceitos, idéias, noções e valores que conformam os paradigmas orientadores da política e que formam um corpo teórico que lhes dá sustentação e legitimidade; 3) o cotejamento dessa base conceitual com os critérios estabelecidos no item 1, ou seja, verificação da coerência interna da política no que diz respeito à disponibilidade de todos os mecanismos de efetivação da política segundo sua proposta teórica e sua base conceitual. Este tópico foi pensado, na prática, como sendo o exame do material institucional apenas. Uma tentativa neste sentido foi feita por Rodrigues (2010). Entretanto, como veremos no item seguinte deste artigo, pesquisas também realizadas a partir dessa proposta, Chaves (2010) e Pinto Jr. (2010), ao aliar a análise de conteúdo da política à noção de trajetória, mostram que a apreensão das bases conceituais de uma política ou programa ganha maior consistência quando além do material institucional o pesquisador contempla entrevistas com os sujeitos que participaram do processo de formulação da política em seus diferentes momentos.

O segundo tópico apresentado diz respeito à análise de contexto da formulação da política, com levantamento de dados sobre o momento político, condições sócio-econômicas, com atenção para as articulações entre as esferas local, regional, nacional, internacional, e mesmo transnacional, quando for o caso. Vale destacar a importância da apreensão do modelo político/econômico vigente no país, do lugar que ocupa o social neste modelo e em que medida à política ou ao programa se articulam outras políticas e/ou programas. Ou seja, ver a política ou programa como parte de um conjunto de ações que expressa, de uma forma mais abrangente, um modo de conceber a política, em seu sentido mais amplo, contemplando o econômico, o social e a definição dos caminhos para o país. Com referência a este tópico, uma dimensão que, na reflexão original, deixou de ser mencionada é a cultural, que ressalto agora como fundamental à compreensão de contextos. Para compreender a dinâmica de políticas implementadas em diferentes momentos históricos, concebidas a partir de modelos político-econômico-sociais específicos, faz toda a diferença perceber como são acionados elementos de ordem simbólica – elementos étnicos e identitários; valores morais, cívicos e éticos; idéias e símbolos articulados a ideologias do progresso e da modernização, dentre outros.

O terceiro tópico contemplou a trajetória institucional do programa, o que já mostrava no título uma restrição, uma vez que o ideal é atentar para a trajetória institucional da política, bem como do programa em tela, se for o caso, dentro desta política. Este ponto, que considero como um dos mais importantes para o entendimento do que realmente ocorre quando se implementam ações dentro de uma política gestada nas esferas superiores, principalmente quando, em razão dos processos de descentralização, é fornecida autonomia às esferas regionais e locais, é também o de mais difícil consecução. Isto porque tal tarefa demanda tempo, recursos e pessoas capacitadas a realizarem um levantamento de dados quantitativos e qualitativos a contento, bem como o tratamento consistente desses dados. Ou seja, dificilmente um estudante/pesquisador de mestrado ou doutorado conseguirá sozinho realizar tal tarefa. O que não quer dizer que seja um empreendimento impossível, como atesta a pesquisa de Pinto Jr. (2010) que será apresentada com mais vagar no tópico seguinte.

Esta proposta de compreensão da política por meio da reconstrução da trajetória institucional vem sendo especialmente desenvolvida por Gussi (2008) a partir da idéia de que o princípio de legitimação dos conceitos, regras, normas, valores e ações das instituições são naturalizados – e quanto a esta idéia, o autor está seguindo as premissas sobre instituições construídas pela antropóloga inglesa Mary Douglas na obra *Como pensam as instituições*. No caso por ele estudado, referente aos programas de microcrédito implementados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, como estratégia de desenvolvimento da região Nordeste do país, Gussi afirma que a noção de desenvolvimento encontra-se naturalizada no pensamento institucional daquele banco de desenvolvimento, que se constitui “numa verdade que o legitima socialmente” (Gussi, 2008, p.32). Afirma ainda que tal pensamento revela-se “no conjunto de representações e ações de distintos atores sociais sobre o banco acerca do desenvolvimento” (op. cit). Ao propor um lugar de destaque para a trajetória institucional no processo de avaliação de uma política pública ou de um programa que forma parte de uma política, Gussi se respalda na noção de trajetória desenvolvida por Pierre Bourdieu no ensaio *A ilusão Biográfica*, quando, como afirma o autor, Bourdieu desconstrói a ideia de que uma trajetória de vida seja um processo linear que se pode apreender de uma só vez, como se fosse um todo coerente. E assim como Bourdieu se debruça sobre essa noção para pensar o processo de uma vida, Gussi transpõe o conceito de trajetória de vida para as instituições, afirmando que elas, assim como uma vida, podem ser apreendidas pelos processos relativos aos múltiplos trajetos (deslocamentos) e posições que estas ocupam no campo social ao longo do tempo.

O último tópico desenvolvido diz respeito ao que denominei de *espectro temporal-territorial*, que se refere ao percurso de uma política pelas vias institucionais e espaços socioculturais, ao longo do tempo de sua implementação. Trata, portanto, dos deslocamentos de uma política por espaços políticos, econômicos e sócio-culturais distintos, uma vez que comporta não apenas, do ponto de vista macro-estrutural, o trânsito pelas esferas federal, estadual e municipal, mas a apreensão e efetivação da política em contextos distintos; sujeita, portanto, a uma variada gama de apropriações e interferências – conforme os interesses, jogos de poder e forças políticas locais –, podendo levar a resultados distintos, bem como revelar inadequações na forma como a mesma foi pensada, formulada e implantada, em razão de particularidades que dizem respeito à dimensão sociocultural local e/ou regional. Quanto a este aspecto, Gonçalves (2008, 2010) tem contribuído sobremaneira ao afirmar a necessidade de construção de indicadores socioculturais. Em suas palavras, “Trata-se de conhecer, para além dos indicadores quantitativos de renda e de pobreza, quem está recebendo a política pública e como a ressignifica? Em que contexto? Quais as mediações de ordem simbólica e política que a atravessam?” (Gonçalves, 2008, p.22). A autora apresenta como condição para a formulação de indicadores socioculturais o mapeamento junto aos beneficiários das políticas, que ocupam territórios específicos, das seguintes dimensões: da economia (arranjos produtivos e cadeias produtivas locais); das relações de poder locais em articulação com as esferas estadual e federal; da cultura, referindo aos valores, tradições e referenciais identitários locais; da geografia, referindo-se às particularidades locais quanto às condições físicas e climáticas; das redes de proteção social existentes nas localidades estudadas (por

exemplo, políticas na área de saúde, inserção social e redução da pobreza); das concepções e projetos de desenvolvimento local existentes, bem como do sistema educacional.

Evidentemente, tanto as propostas de Gussi (2008) como as de Gonçalves (2008, 2010), acima apresentadas, são bastante inovadoras e apontam possibilidades metodológicas e analíticas instigantes. E como toda proposta original, demanda uma continuada reflexão sobre suas possibilidades de realização prática e sobre as necessidades de formulações de ordem epistemológica bem como de mecanismos teórico-metodológicos que lhe dêem sustentação e respondam às muitas questões que se colocam ao pesquisador que pretende se inserir nesta linha de pensamento na avaliação de políticas. Como dar conta deste conjunto de dimensões analíticas? Quais opções metodológicas seriam mais adequadas para lograr êxito em tal empreitada?

Acredito que o único caminho para encontrar respostas a tais questões está na experiência, como bem alude Lejano (2006) ao pensar a própria política como compreensível a partir desta noção. A avaliação em si é processo e está fincada na experiência, portanto devemos buscar respostas na exposição dos caminhos empreendidos por pesquisadores em seus experimentos, no desenvolvimento de seus projetos, bem como nos resultados apresentados na forma de dissertações e teses, frutos de pesquisas que seguem tais linhas de orientação e, evidentemente, na reflexão e prática constante no campo da pesquisa.

Neste sentido, no tópico seguinte apresento algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (Numapp/UFC) e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC (Mapp/UFC) que seguem as propostas aqui apresentadas.

Análise de Conteúdo e Trajetória Institucional: diferentes escopos de pesquisa

Apresento, a seguir, a síntese de cinco experiências de pesquisa baseadas nos pressupostos aqui elencados, a partir das quais o leitor terá mais elementos para entender, na prática, a aplicação dos princípios que vêm sendo elaborados teoricamente pelos pesquisadores aqui referidos, para dar suporte metodológico a pesquisas na área de avaliação de políticas públicas.

Bases conceituais da Política Nacional de Turismo: uma experiência de análise de conteúdo

Relatarei, primeiramente, a pesquisa que venho desenvolvendo desde o ano de 2008 a partir do projeto intitulado: *Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais*. Detalho os procedimentos metodológicos empreendidos, detendo-me, com mais vagar, na realização da análise empreendida sobre a política nacional de turismo oficializada pelo governo brasileiro no ano de 2007. Ou seja, a descrição desta etapa da pesquisa mostrará a forma como se realizou a análise de conteúdo de uma política e a avaliação de sua coerência interna e dos

mecanismos existentes para a sua efetivação. Os dados aqui apresentados foram retirados do texto do projeto inicial de pesquisa (Rodrigues 2008b) e de artigo publicado em periódico nacional (Rodrigues, 2010).

Referida pesquisa pretendeu realizar, em etapas sucessivas, estudos etnográficos em três pequenos núcleos populacionais (Nova Tatajuba, Praia de Maceió e Bitupitá), pertencentes aos municípios de Camocim e Barroquinha, situados no extremo Oeste do litoral cearense. O objetivo central foi o de apreender a dinâmica sociocultural das populações ali radicadas, bem como acompanhar os efeitos produzidos sobre essa dinâmica em razão da intensificação do turismo na região. Além do mais, o fato de que em 2007 houve a assinatura de um convênio entre os governos dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, com o apoio do Ministério do Turismo, mais a participação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com vistas à implementação de um roteiro turístico, saindo de Jericoacoara, a praia mais procurada no Ceará, e chegando a Barreirinhas, no Maranhão, com acesso aos Lençóis Maranhenses, foi o que mais instigou a proposta de pesquisa. Isto porque tal roteiro turístico abarca localidades com grande potencial turístico e que são habitadas há décadas por pescadores e agricultores que ali vivem de forma praticamente isolada das sedes dos municípios a que pertencem.

A proposta etnográfica abarcou, portanto, idas sucessivas da equipe de pesquisa³ às localidades acima referidas, com intervalos médios de seis meses e estadia de no mínimo uma semana, durante dois anos, quando os pesquisadores mantiveram contatos com a população local e realizaram entrevistas aprofundadas com seus moradores e lideranças. Dentre as diferentes tarefas previstas estava a realização de análise do conteúdo da Política Nacional de Turismo, a apreensão de sua base conceitual, para cotejamento com os dados coletados em campo, que foi realizada e exposta em artigo específico sobre o tema (Rodrigues, 2010). Tal análise foi feita contemplando as seguintes etapas: 1) leitura integral do texto da política com observação atenta à terminologia e conceitos utilizados para embasar os seus objetivos, premissas e diretrizes.

A leitura e análise da Lei Geral do Turismo, promulgada no ano de 2008 e do Plano Nacional de Turismo (2007-2010), mostrou que o turismo é considerado instrumento de desenvolvimento econômico e social para o país, devendo gerar: movimentação econômica, geração de emprego, distribuição de renda, receitas públicas e divisas. A concepção de desenvolvimento apresentada é a de *desenvolvimento sustentável*, uma vez que apresenta como meta a conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. São estabelecidos os princípios da descentralização e da regionalização e da democratização do turismo interno com o incentivo à promoção de condições diferenciadas para jovens, idosos e portadores de deficiências físicas. A expressão inclusão social é tanto referida ao crescimento da oferta de emprego, distribuição de renda e qualificação da mão-de-obra, como à democratização do turismo interno com o incentivo à promoção de condições diferenciadas para jovens, idosos e portadores de deficiências físicas. A questão ambiental é tratada com a indicação de metas de conservação do meio ambiente e o objetivo de impacto mínimo sobre o

meio natural. Quanto às populações que vivem nas áreas priorizadas pela política, a lei preconiza envolvimento e participação das comunidades receptoras do turismo, bem como preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais afetadas pela atividade turística.

Assim, como primeiro ponto relevante de análise constatou-se a existência de um confronto entre paradigmas opostos: a proposta de desenvolvimento econômico e a meta do “bem-estar social”; descentralização e regionalização, com expectativa de participação tanto das elites empresariais, poder público local e populações locais, mas que, como se constata do Plano Nacional de Turismo (PNT, 2007), não cria mecanismos efetivos de participação e proteção dessas populações. Além do mais, a pesquisa de campo mostrou que o processo é praticamente conduzido pelas lideranças políticas e empresariais locais, que no mais das vezes se sobrepõem. Também quanto ao meio-ambiente, não existem na Lei ou no PNT mecanismos efetivos que façam valer as propostas. Por outro lado, os conflitos constatados entre as comunidades locais e grupos de investidores estrangeiros, com relação à propriedade da terra (a respeito vide Rodrigues, 2010b), mostram a fragilidade que caracteriza essas populações na luta pela participação no processo de uma maneira que possam dele auferir benefícios.

Trajatória do Programa Agentes de Desenvolvimento, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), como subsídio à sua avaliação.

A dissertação aqui referida (Chaves, 2010) é de bastante importância para as discussões apresentadas neste artigo porque a autora buscou reconstruir a trajetória de um programa (Agentes de Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil) tendo como norte a noção de avaliação em profundidade. Ocorre que os próprios dados de pesquisa foram exigindo que alguns dos princípios postulados nesta noção fossem articulados e ao mesmo tempo mostrou sutis diferenças entre eles, como, por exemplo, a articulação entre trajetórias individuais e institucionais, bases conceituais de programas e concepções inerentes à filosofia e atuação das instituições, no caso o BNB.

A preocupação primeira da autora (Chaves, 2010) era entender porque um programa que contava com 14 anos de existência, excelente repercussão local, regional e federal – foi premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 1998, com o prêmio Hélio Beltrão para iniciativas em inovações na gestão pública federal –, havia passado ao longo do tempo por sucessivas mudanças de enfoque, ameaças de desativação e oscilações quanto à sua participação na estratégia operacional do BNB, o que ela considerou como características de uma forte instabilidade. A autora percebeu, entretanto, que se o foco da dissertação fosse a avaliação do programa, a compreensão dessa instabilidade demandaria um esforço de pesquisa tão grande que tornaria impossível a conclusão da pesquisa dentro dos prazos institucionais, de 24 meses. Assim, a pesquisa foi direcionada não para a avaliação do programa em si, mas para a reconstrução da trajetória do mesmo, como forma de fornecer subsídios importantíssimos à sua avaliação futura.

Partindo dos princípios elencados em Rodrigues (2008) sobre a avaliação em profundidade e a proposta de utilização da noção de trajetória na avaliação de programas e políticas (Gussi, 2008), a autora iniciou sua pesquisa, de cunho qualitativo, quando realizou entrevistas com 19 funcionários do BNB, nos nove estados da federação que compõem a região Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo, que fazem parte dos estados atendidos pelo BNB. Trata-se de entrevistados que tiveram participação direta em todo o processo, desde sua formulação, implementação, alguns atuando junto ao programa até o tempo presente da pesquisa. Vale ressaltar, portanto, que a autora deu atenção à composição de um conjunto de sujeitos a serem entrevistados que abrangesse todo o período de existência do programa.

Ocorre que ao se debruçar sobre o material institucional e os dados provenientes de pesquisa interna já realizada pelo BNB, a autora percebeu que era muito importante não apenas compreender as concepções, a base conceitual, que davam sustentação ao programa, mas também, e sobretudo, as concepções de desenvolvimento que orientam todas as ações dentro do BNB, como um banco regional de desenvolvimento. Essas concepções, em sua diversidade e matizes, a autora concluiu que eram fundamentais para entender tanto a formulação do programa como sua dinâmica ao longo do tempo. Mais ainda, ela percebeu que a compreensão da instabilidade e das sucessivas mudanças demandava a compreensão da forte articulação entre noções e idéias que davam sustentação ao próprio ser da instituição, sua identidade institucional, referindo-se, portanto, a uma variável fundamentalmente cultural, e os contextos político-econômicos e sociais em que ocorriam as mudanças. Esses contextos, evidentemente, comportam a referência aos distintos governos que administraram o país nesse período.

Ou seja, a referida dissertação mostrou a necessidade de ampliar a abordagem sobre concepções e bases conceituais de uma política ou programa e apontou a potencialização dos resultados pela articulação entre trajetória individual, institucional e do programa, por um lado, contextos, bases conceituais e dimensão cultural da organização, por outro.

Trajetórias Institucionais

A proposição metodológica de realização de trajetórias institucionais como forma de avaliar políticas públicas, foi elaborada primeiramente por Gussi (2008) a partir dos fundamentos teóricos de projeto de pesquisa que o autor desenvolve na área de microcrédito desde o ano de 2007 e das reflexões e análises dela decorrentes (Gussi, 2009; Gussi, 2010). No caso da análise de programas de microcrédito, seu recorte empírico privilegiado, o autor busca compreender em que medida esses programas promovem, de fato, a inclusão social por meio da geração de renda e emprego, como é sua proposta oficial.

Sua hipótese principal é a de que “os programas de microcrédito seriam mediados pelas políticas de desenvolvimento a eles circunscritas e aos significados que os atores sociais

atribuem a essas políticas, e que essa mediação orienta as trajetórias dos distintos programas” (Gussi, 2010, p.2), ou seja, propõe quanto às trajetórias as mesmas articulações realizadas por Chaves (2010), como apresentado no tópico anterior. Na verdade, pode-se mesmo concluir que estas experiências mostram o diálogo que vai se estabelecendo ao longo do tempo no âmbito do Mapp/Numapp da UFC entre pesquisadores, sua produção e as orientações que realizam.

A proposta metodológica apresentada em Gussi (2008 p.34), partindo da noção de trajetória de Bourdieu, como já referido anteriormente, tem como pressuposto que o programa analisado “não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição”. Nesta proposta, como fica claro, o forte é a noção de processo e de deslocamentos, o que, segundo a proposição de Bourdieu, fortemente salientada por Gussi, retira qualquer pressuposto de linearidade, já que os deslocamentos comportam múltiplas direções.

Da mesma forma, como fruto de outra pesquisa, com o objetivo de compreender os efeitos das políticas públicas de turismo sobre os trabalhadores informais, na cidade de Fortaleza, Silva e Gussi (2009), os autores seguem esta linha de pensamento e reconstruem a trajetória das políticas públicas de turismo no estado do Ceará. Tal reconstrução se faz com a referência a contextos político-econômicos específicos, de forma que se pode compreender que o impulso dado à atividade turística nesse estado, no presente, é articulado ao projeto de modernização e desenvolvimento que marcou as gestões públicas estaduais no Ceará, desde a segunda metade da década de 1980.

Vale destacar que tanto a pesquisa desenvolvida por Chaves (2010) como a desenvolvida por Silva (2008) não realizam a avaliação do programa, no primeiro caso, ou da política, no segundo, colocando a empreitada levada a cabo na pesquisa de mestrado como um subsídio para futuras avaliações, o que confirma a dificuldade para se realizar individualmente uma análise em profundidade de políticas públicas, dando conta de todos os princípios estabelecidos (Rodrigues, 2008).

Uma experiência exemplar de avaliação em profundidade

Ainda que a dificuldade para a realização de uma avaliação em profundidade no escopo de uma pesquisa individual tenha sido ressaltada já desde a primeira proposição, Pinto Jr. (2010) com sua dissertação intitulada *Avaliação da Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade com foco na cirurgia cardiovascular pediátrica* mostra que sim, isto é possível; ainda que, como seu texto final revela, esta seja uma tarefa hercúlea e que de certa forma só foi possível dado o pouco tempo de formulação da política. Como destaca o autor “Até junho de 2004, inexistia no Brasil o reconhecimento da criança e do adolescente cardiopatas como indivíduos, portanto, com características e necessidades singulares” (Pinto Jr et al, 2009, p.01). O fato certamente possibilitou ao autor fazer uma

reconstrução da trajetória da formulação e implementação da política e posteriormente proceder ao levantamento de dados secundários e empíricos – qualitativos e quantitativos –, realizando tanto a análise de conteúdo da política, como uma abordagem sobre sua trajetória, além do tratamento estatístico dos dados quantitativos existentes, tanto na forma de dados secundários como primários, e a interpretação de dados qualitativos na forma de entrevistas em profundidade realizadas com diferentes agentes que formam parte do processo e da dinâmica da referida política.

Para alcançar tais resultados no tempo exíguo de elaboração de uma dissertação de mestrado, 24 meses, destaco a importância da maturidade intelectual do pesquisador, uma vez que, neste caso, se trata de profissional que embora não tivesse ainda título de pós-graduação mantinha uma participação ativa em congressos, sociedades científicas e produção acadêmica na área. Assim é que, ao cursar as disciplinas e tomar contato com as abordagens propostas pelo Mapp/UFC, o autor maximizou a sua pesquisa ao elaborar ainda nesse período, normalmente anterior à pesquisa, uma reconstrução do processo de formulação da política de atenção cardiovascular pediátrica no Brasil que imediatamente transformou em artigo (Pinto Jr et al, 2009). Tal artigo, além de se constituir em parte importante da pesquisa foi estrategicamente utilizado pelo autor para legitimar suas conclusões posteriores, uma vez que era escassa a literatura sobre o tema.

Quanto à trajetória da política, o autor a avaliou dando atenção a aspectos importantíssimos quando se tem como norte realizar uma avaliação aprofundada: reconstruiu a trajetória da política fazendo um mapeamento da rede de atores privilegiados, procurou perceber e levar para a análise os conflitos e interesses em jogo; bem como as dimensões contextuais de ordem política, econômica, social e cultural. O autor ainda deu especial atenção aos princípios e concepções que formam a base conceitual da política. E o fez de forma consistente, tanto que a partir dessa apreensão elegeu as categorias de análise, no caso: regionalização, equidade e integralidade.

Os resultados da referida pesquisa comportam duas dimensões: prática e intelectual, pois ao tempo que estes trazem benefícios diretos aos portadores de cardiopatias congênitas e adquiridas e seus familiares, permitem o atendimento a demandas da corporação médica, uma vez que os resultados o instrumentaliza a atuar junto às instâncias públicas, e, de outro lado, fornecem suporte para o desenvolvimento de inúmeras outras pesquisas na área, atuando estes dados como linha de base para o acompanhamento e avaliação da referida política. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa traz importantíssimas contribuições para a área de avaliação de políticas públicas, pois dá concretude a uma nova forma de avaliar políticas, não restrita aos dados quantitativos ou econômicos que marcam as abordagens mais clássicas e positivistas na área. Ao contrário, o autor insere-se nas discussões mais contemporâneas, questionadoras da matematização dos cálculos dos benefícios sociais, e se volta a uma abordagem holística, aprofundada, onde processo e contexto estão presentes na análise de dados quantitativos e qualitativos, seguindo também as propostas de Lejano (2006).

Formulação de indicadores sócio-culturais: revés ao pensamento dominante

Em Gonçalves (2008), a autora se propõe a fazer uma reflexão epistemológica sobre a construção de indicadores na avaliação de políticas públicas e, a partir de uma perspectiva etnográfica, constrói princípios para a formulação de indicadores sócio-culturais.

A autora parte de pressupostos levantados no corpo de um projeto temático elaborado no Numapp (2007), de que existem limites nas abordagens puramente quantitativas “[...] (inspiradas em conceitos abstratos e universais) quando aplicadas aos processos de avaliação das políticas públicas, assim como de seus programas sociais correlatos,[...]” (p.18). Tomando como suporte teórico as elaborações de Celso Furtado, a autora situa esses limites, essas insuficiências dos modelos clássicos de avaliação de políticas públicas, na ausência de considerações das “mediações socioculturais e políticas que limitam ou potencializam o desenvolvimento de uma localidade, região ou nação” (op.cit).

Seu argumento é que,

[...] mediações socioculturais e políticas influenciam a performance das políticas públicas, ou seja, que o desempenho de tais políticas é mediado por fatores de ordem simbólica, porque tais políticas são ressignificadas segundo a visão de mundo das populações-alvo de tais políticas, e esta visão de mundo engendra-se nas relações que se tecem entre indivíduo e sociedade. (Gonçalves, 2008 p.18)

Como condição para a formulação de indicadores socioculturais, já detalhamos no tópico inicial as dimensões: econômicas, políticas, culturais, geográficas e sociais com uma atenção especial aos sistemas educacionais e de saúde, bem como ao entrecruzamento de políticas em um território específico.

A tentativa prática de realizar essas proposições se deu no corpo da pesquisa coordenada pela autora, intitulada *Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba*, onde, juntamente com sua equipe de pesquisa (da Universidade Federal da Paraíba), busca compreender a gestão desses fundos em assentamentos de reforma agrária situados no Litoral-Sul, Agreste e Alto-Sertão do estado da Paraíba, cuja base econômica é preponderantemente a da agricultura familiar, e o impacto sobre as populações locais.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa foi pensada em quatro fases, sendo que os resultados existentes até o momento (Gonçalves, 2010) correspondem à fase um que compreendeu doze meses de pesquisa, o que está em acordo com a proposição de que uma pesquisa em profundidade necessita ser feita em equipe e em um largo período.

Cada localidade foi pesquisada por dois membros da equipe enquanto o tratamento dos dados quantitativos foi centralizado em uma pesquisadora da equipe. Como técnicas de

levantamento de dados, para mapeamento do perfil sócio-econômico e cultural foram aplicados questionários, onde também foram levantados dados que sobre o perfil da propriedade, da produção, da renda e da gestão. O questionário continha também perguntas qualitativas, abertas, “com o intuito de mapear as representações da comunidade sobre a experiência com os FRS” (Gonçalves 2010, p. 19). Vale destacar que o relatório traz, além de uma massa significativa de dados estatísticos sobre esses perfis, importantes informações sobre processos, contextos e particularidades locais só apreensíveis a partir de uma pesquisa de campo intensiva. Os processos históricos de concentração da terra, a atual especulação imobiliária nas áreas mais valorizadas pelo turismo de praia e sol, dificuldades para o escoamento da produção, e tantas outras dimensões abarcadas pela pesquisa, revelam nas três áreas estudadas processos diferenciados de gestão dos FRS e do nível de solidariedade existente, sendo compreensíveis essas diferenças apenas se considerarmos as particularidades sócio-culturais e os contextos político-econômicos.

Tendo como foco a questão da solidariedade, base da dinâmica dos FRS, a autora consegue, desta forma, perceber diferenças importantes entre essas três áreas do estado da Paraíba, fornecendo importantes indicadores aos gestores dos referidos fundos.

Finalmente, a realização de pesquisa de cunho etnográfico, com observação *in loco* e realização de entrevistas em profundidade que procuraram captar a visão de mundo dos beneficiários, possibilitou detectar, por exemplo, falha na comunicação entre os participantes da política e a entidade responsável pelo projeto, o que, diz a autora, pode impactar negativamente na sua efetividade.

A análise das relações de poder, outro quesito fundamental para a avaliação da política nas condições propostas pela autora, mostrou, na referida pesquisa que há disputas e interesses por parte da classe política local, de forma que os beneficiários, segundo a mesma, “ficam a mercê da “boa vontade” dos políticos desmerecendo os seus interesses e intensificando as relações patrimonialistas e clientelistas principalmente em época eleitoral” (op cit. p.60). Vale ressaltar que este tipo de dado, de fundamental importância, normalmente não consegue ser contemplado no modelo clássico de avaliação de políticas porque sem uma pesquisa de campo, a observação do processo, os diálogos com todos os tipos de participantes e a realização de entrevistas, além dos dados colhidos por meio de questionários, é que permitem ultrapassar os receios dos beneficiários, que na maior parte das vezes conduzem a respostas perpassadas por essas questões encobertas e que, evidentemente, não vêm à tona na pesquisa⁴.

Avaliação de políticas públicas: um campo aberto à reflexão e à pesquisa

Uma breve tentativa de apreciação comparada das diferentes pesquisas sintetizadas no item anterior permite perceber uma forte distinção entre pesquisas de longo tempo e aquelas

de tempo exíguo. As primeiras referindo-se, ainda, a pesquisas feitas em equipe e as segundas, de escopo individual, à elaboração de dissertações de mestrado.

Assim, as pesquisas desenvolvidas por mim, por Alicia Gonçalves e Alcides Gussi, têm as mesmas características de proposta de larga duração, realizadas por equipes de números variáveis de integrantes, com graus de formação também diferenciados, pois envolvem desde alunos de graduação até mestrandos e doutorandos, de forma que podem seguir os princípios que vêm sendo construídos no âmbito do Mapp/Numapp e os resultados vão se somando ao longo do tempo. Diferem, contudo, quanto aos itens priorizados em uma e outra etapa. Enquanto na primeira etapa de sua pesquisa Gonçalves se volta à construção de indicadores sócio-culturais com uma forte preocupação com levantamentos de dados empíricos sobre aspectos sócio-econômicos das áreas estudadas, e de gestão dos recursos, com foco nos beneficiários, Alcides Gussi se preocupa mais em avaliar o programa de microcrédito centrando o olhar nos processos inerentes à instituição que o propõe e executa, atentando para as mediações culturais e para as relações de poder e minha abordagem se volta mais ao entendimento do conteúdo da política de forma a perceber coerências ou discrepâncias quando em confronto com os dados da pesquisa de campo, priorizando as relações de poder estruturais entre Estado, elites e lideranças locais

Dentre as pesquisas de tempo exíguo, se por um lado todas tomam como base a noção de avaliação em profundidade, encontramos também significativas diferenças e elas dependem do tempo de existência da política ou programa, dos fatores que intervêm na sua trajetória ao longo do tempo, dos objetivos a que se propôs o pesquisador e da problemática construída. No caso de Silva, por exemplo, o foco do pesquisador estava nos dados empíricos coletados junto a ambulantes de uma praia de Fortaleza e em torno de sua temática central, turismo e trabalho informal, de forma que a reconstrução da trajetória das políticas de turismo no Ceará fornece uma melhor compreensão desses dados empíricos, cuja análise se presta a fornecer subsídios a avaliações futuras das políticas de turismo no Ceará.

Já a dissertação de Chaves, e sua escolha por reconstruir a trajetória de um programa (Agentes de Desenvolvimento, BNB) se deu como parte de um processo. A autora inicialmente havia se proposto a avaliar o programa, mas percebeu não poder aplicar questionários ou fazer entrevistas e levantar dados secundários sobre o desempenho do programa sem entender, primeiro, as mudanças ocorridas ao longo do tempo que, para ela, caracterizam uma instabilidade. Isto demandou uma pesquisa de grande envergadura com a realização de entrevistas de longa duração, com deslocamentos para diferentes estados da região Nordeste. Ao final, cruzou trajetórias individuais, institucionais e do programa em tela, além da articulação aos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais específicos. Digamos que, neste caso, o processo da pesquisa é que levou à escolha metodológica e os resultados finais permitem repensar as proposições iniciais para uma avaliação em profundidade, na medida em que não separa trajetórias, concepções e bases conceituais, assim como contextos. Estão todos muito bem entrelaçados e é esse deslindamento que permite

compreender o que ela denominou instabilidade do programa. No entanto, sua pesquisa não se constitui na avaliação do programa, mas numa fundamental etapa para sua avaliação.

A proposta de Pinto Jr., de outra forma, foi a avaliação de uma política (Atenção cardiovascular pediátrica), tarefa a que ele se dedicou seguindo as proposições de uma avaliação em profundidade e cujos objetivos atingiu a contento, contemplando praticamente todas as dimensões propostas. Como já dissemos, além do fato de ser uma política recente, contou muito para o sucesso da empreitada a maturidade do pesquisador, que se antecipou ao tempo esperado para início da pesquisa de campo, realizando já a reconstrução e análise da trajetória da formulação da política, bem como, acrescento agora, as estratégias metodológicas empregadas para a obtenção de dados quantitativos, como a aplicação de questionários em congressos que reuniam profissionais da área dos diferentes estados e regiões do país, além de sua atuação política junto às associações científicas que lhe abriram canais para a realização de entrevistas em profundidade com atores importantes alocados no Ministério da Saúde. Ou seja, fatores ligados à trajetória pessoal do investigador também influem nos resultados da pesquisa e no alcance da proposta de uma avaliação em profundidade.

Pode-se, assim, concluir que os dados e resultados de pesquisa apresentados ao longo deste artigo revelam que estamos caminhando dentro de um campo de reflexão complexo, porque múltiplo, atravessado por muitas e importantes mediações, como bem mostra Gonçalves (2010). Mais ainda, indicam que não existem fórmulas prontas que dêem conta das particularidades de cada pesquisa. Neste sentido é que o título desta finalização contempla um lugar especial para a pesquisa e para as reflexões delas decorrentes. Porque entendo que apenas a realização continuada de pesquisas que busquem articular diferentes propostas, dialogar teórica e metodologicamente com diversos campos disciplinares, atentas sempre às particularidades que conformam cada pesquisa é que poderão efetivamente contribuir para o desenvolvimento de novas propostas na área da avaliação de políticas públicas.

Além do mais, e vejo como um ponto extremamente positivo, o fato de no Brasil estarmos ainda dando os primeiros passos na formulação de propostas teórico-metodológicas para a área, de dentro das instituições científicas, permite que o façamos de forma aberta, ou seja, sem nos aferrarmos a modelos prontos, que tendem a ser inculcados, na esfera administrativa, via agências de financiamento internacionais.

Notas

* Com formação na área de Ciências Sociais, bacharelado com habilitação em Antropologia social, Mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, é atualmente professora associada no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC, membro dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Avaliação de Políticas Públicas /UFC, membro do Grupo de Estudos sobre Trabalho – GET e Núcleo Multidisciplinar em Avaliação de Políticas Públicas da UFC (Numapp/UFC). E-mail: leaufc@gmail.com.

¹ Destaco, em especial, a produção de Dvora Yanow (1997, 2000, 2003) e mais recentemente Raul P. Lejano (2006).

² As abordagens multi e interdisciplinar surgiram como crítica ao modelo positivista de análise, centrado em um saber fragmentado, disciplinar e especializado; também, pela constatação da incapacidade do paradigma vigente fornecer soluções para problemas e fenômenos cada vez mais complexos. O intelectual que mais se destacou neste campo foi Georges Gurdo, que propôs ao “novo pesquisador” situar-se entre os espaços disciplinares, descobrindo interrelações entre disciplinas próximas e distantes, repensando assim a sua própria prática e abrindo-se à proposição de novos caminhos na realização da pesquisa. (A respeito veja Alvarenga et al, 2005)

³ A equipe estava formada por quatro pesquisadores: Lea Rodrigues, como coordenadora do projeto; três bolsistas PIBIC/CNPq (Potyguara Alencar dos Santos, Tatiane Ricarto de Lima e Evandro Magalhães), mais um especialista na área de fotografia e vídeo, Antonio Carlos Rodrigues.

⁴ A este respeito, Maciel et al (2010) discutem sobre o diferencial que a pesquisa qualitativa de natureza etnográfica representa quanto aos resultados, trazendo exemplos de diversas situações que teriam levado a conclusões errôneas se ocorresse o simples preenchimento do questionário, sobretudo se efetuado por pessoas que não as diretamente envolvidas na pesquisa.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Augusta T.; SOMERMAN, Américo; ALVAREZ, Aparecida M. S. Congressos internacionais sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de idéias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. **Saúde e Sociedade**, vol.14, n.3, p.9-29, set-dez/2005.

CHAVES, Maria José Augusto. **Trajetória do programa agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB): subsídios para uma avaliação em políticas de desenvolvimento**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (Mapp/UFC), 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais. **AVAl Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008.

_____. **Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba**. Relatório de pesquisa, Universidade Federal da Paraíba, inédito, 2010.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008.

_____. Microcrédito e dimensões de desenvolvimento. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2009 (inédito).

_____. **Cultura, desenvolvimento regional e avaliação de políticas públicas: trajetórias do programa de microcrédito (CrediAmigo) do BNB**. Universidade Federal do Ceará, inédito, 2010.

LEJANO, Raul P. **Frameworks for Policy Analysis. Mergin text and context**. Nova York: Routledge, 2006.

MACIEL, Iracy Soares; MUNIZ, Cátia Regina; RODRIGUES, Lea Carvalho. Metodologia qualitativa em avaliação de políticas públicas: constatações a partir de pesquisa sobre o Pronaf em Caucaia, Ceará. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano III, vol.2, nr.6, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MT. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010. Uma viagem de inclusão**. Junho/2007.

PINTO JR., Valdester Cavalcante. **Avaliação da Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade com foco na cirurgia cardiovascular pediátrica**. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas – Mapp/UFC, 2010.

PINTO JR, Valdester Cavalcante; RODRIGUES, Lea Carvalho; MUNIZ, Cátia Regina. Reflexões sobre a formulação de política de atenção cardiovascular pediátrica no Brasil. **Rev Bras Cir Cardiovasc** vol.24 n.1 São José do Rio Preto Jan./Mar. 2009, p.73-80.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Antropologia e Políticas Públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais**. Projeto de pesquisa. (Inédito), 2008a.

_____. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008b.

_____. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e subsídios para sua avaliação. **Revista Gestão Pública: práticas e desafios**; n.3, vol.1, 2010a.

_____. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais. Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. **Revista Civitas**, vol.10, n.3, 2010b.

SILVA, Ivo Luis de Oliveira. **Trabalho e política pública: subsídios para uma avaliação das políticas de turismo a partir do estudo dos trabalhadores informais da Praia do Futuro em Fortaleza – CE**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas - Mapp da Universidade Federal do Ceará- UFC, 2009.

SILVA, Ivo Luis de Oliveira; GUSSI, Alcides Fernando. Avaliação de políticas públicas de turismo a partir do estudo etnográfico entre trabalhadores informais da Praia do Futuro em Fortaleza. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, nr. ¾, vol.1/2, jan-dez, 2009.

YANOW, Dvora. Passionate humility in interpretive policy and administrative analysis. *Administrative Theory and Praxis* 19, 171-177, 1997.

_____ **Conducting interpretive policy analysis**. Newbury Park, CA: Sage, 2000.

_____ Interpretive Empirical Political Science: What Makes This Not a Subfield of Qualitative Methods. In: **Qualitative Methods Section (APSA) Newsletter**, 2nd Issue, Fall 2003.